

**DIRETRIZES PARA O PLANO DE
GOVERNO - DA COLIGAÇÃO,
CEÁRA VOTA PARA CRESCER**

**CID GOVERNADOR
VICE PROF. PINHEIRO**

APRESENTAÇÃO	4
INTRODUÇÃO	5
O CEARA QUE TEMOS: ATRASO NO SOCIAL, RETROCESSO NO ECONÔMICO.	6
DIRETRIZES, OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E PROPOSTAS DE AÇÕES.	8
SOCIEDADE JUSTA E SOLIDÁRIA	9
SAÚDE	10
ASSISTENCIA SOCIAL E SEGURANÇA ALIMENTAR	12
REDE DE SERVIÇOS SÓCIO-ASSISTENCIAIS	12
PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS	12
IDOSOS	13
SEGURANÇA ALIMENTAR	14
INFÂNCIA E JUVENTUDE	15
CRIANÇA	15
JUVENTUDE	15
SEGURANÇA PÚBLICA, PROMOÇÃO DA JUSTIÇA E PROTEÇÃO AO CIDADÃO	17
SEGURANÇA PÚBLICA E PROMOÇÃO DA JUSTIÇA	17
PROMOÇÃO DE IGUALDADE COM EQUIDADE SOCIAL	19
MULHERES	19
POVOS INDÍGENAS	20
AFRODESCENDENTES E QUILOMBOLAS	20
DIVERSIDADE SEXUAL	21
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	22
<i>EDUCAÇÃO BÁSICA</i>	22
<i>EDUCAÇÃO SUPERIOR</i>	22
<i>EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA E AGROTÉCNICA</i>	22
<i>CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO</i>	22
EDUCAÇÃO BÁSICA	22
<i>EDUCAÇÃO INFANTIL</i>	23
<i>ENSINO FUNDAMENTAL</i>	23
<i>ENSINO MÉDIO</i>	23
<i>EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA</i>	24
<i>GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO</i>	24
<i>VALORIZAÇÃO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO</i>	24
<i>EDUCAÇÃO NA DIVERSIDADE - PROJETOS ESPECIAIS, INTERSETORIAIS E</i>	
<i>TRANSDISCIPLINARES</i>	25
EDUCAÇÃO SUPERIOR	25
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, TECNOLÓGICA E AGROTÉCNICA	26
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	27
ESPORTE, ATIVIDADES FÍSICA E LAZER	29
ESPORTE, ATIVIDADES FÍSICA E LAZER	29
CULTURA	31
MEIO AMBIENTE	32
ECONOMIA PARA UMA VIDA MELHOR	34
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO COM INCLUSÃO SOCIAL	35
ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO	35
<i>INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA</i>	35
<i>ENERGIA</i>	35
<i>TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO</i>	35

LOGÍSTICA	35
HABITAÇÃO, SANEAMENTO E TRANSPORTE INTERMUNICIPAL	36
DESENVOLVIMENTO URBANO E REGIONAL	36
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	36
EMPREGO E RENDA	36
MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	37
DESENVOLVIMENTO RURAL	37
PESCA E: AQUICULTURA	37
DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL	37
MODERNIZAÇÃO DO COMÉRCIO E SERVIÇOS	37
TURISMO SUSTENTÁVEL	37
ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO	38
INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA	38
ENERGIA	38
TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO	39
LOGÍSTICA	40
HABITAÇÃO, SANEAMENTO E TRANSPORTE INTERMUNICIPAL	40
DESENVOLVIMENTO URBANO E REGIONAL	41
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	41
EMPREGO E RENDA	41
PEQUENA E MICROEMPRESA	42
DESENVOLVIMENTO RURAL	43
PESCA E AQUICULTURA	44
DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL	45
TURISMO SUSTENTÁVEL	46
GOVERNO COMPETENTE E PARTICIPATIVO	48
SUSTENTABILIDADE POLÍTICA E INSTITUCIONAL	49
POLÍTICA	49
PLANEJAMENTO E GESTÃO	49
FINANÇAS PÚBLICAS	50
DÍVIDA PÚBLICA	50
INCENTIVOS FISCAIS	50
INSTITUIÇÕES MULTILATERAIS (BID, BIRD, KFW, dentre outros), GOVERNOS ESTRANGEIROS E TERCEIRO SETOR	51
TRANSPARÊNCIA E COMUNICAÇÃO SOCIAL	51

APRESENTAÇÃO

Este documento resulta do compartilhamento de experiências as mais diversas, dos vários atores sociais, em todas as regiões do Estado, que se dispuseram a oferecer seus conhecimentos e suas emoções para apontar caminhos para o **Grande Salto que o Ceará merece**.

Um salto em direção a uma sociedade justa e solidária, capaz de resgatar a dignidade da maioria de nossa população ainda excluída dos avanços e conquistas da sociedade contemporânea.

Na qualidade de um projeto construído a múltiplas mãos e mentes, não se pretende como unidade ideológica de pensamento, subordinado a uma única razão, mas como perspectiva panorâmica que retrata a complexidade dos problemas a serem enfrentados, na pluralidade de soluções possíveis, que se afirmaram no acalorado debate democrático das idéias, com ampla participação da sociedade civil.

A metodologia de elaboração deste documento envolveu a contribuição dos grupos de trabalho do Programa de Governo, seminários temáticos, reuniões com os mais diversos setores organizados da sociedade civil e a colaboração individual dos muitos que nos procuraram na ânsia de oferecer as suas propostas para se construir um Ceará melhor. Além disso, a Caravana do Plano de Governo realizou Plenárias Populares em todas as regiões do Estado. Isso significou um processo em que estiveram diretamente envolvidas mais de cinco mil pessoas. Todas as contribuições apresentadas foram debatidas como possibilidades de enfrentamento do desafio que significa governar o Estado do Ceará com transparência na gestão pública, protagonismo popular e inversão de prioridades para se distribuir equitativamente a renda e a riqueza entre as pessoas e as regiões.

A marca principal deste trabalho que ora submetemos aos eleitores cearenses é a mesma que norteará o seu detalhamento, a partir de nossa vitória em dois de outubro: a construção coletiva, que exige tolerância para com a opinião do outro, o respeito à divergência, a humildade para ouvir e a capacidade de superar dissensos na construção dos consensos.

É preciso deixar claro que este não é um documento acabado, mas uma proposta inicial a ser amplamente debatida, aperfeiçoada e consolidada para que tenhamos a legitimidade de não transigir nas ações necessárias para sua implementação.

Cada proposição será examinada tendo em vista a sua viabilização, dentro de uma escala de prioridades definida em função dos impactos socioeconômicos e das limitações financeiras e orçamentárias do Estado.

Por fim, procuraremos nos manter articulados com as lideranças regionais para que o Nordeste e cada um dos Estados que compõe se fortaleçam politicamente, credenciando-se, assim, a desempenhar papel mais ativo no desenvolvimento nacional.

Cid Ferreira Gomes -Governador

Prof. Pinheiro -Vice-governador

INTRODUÇÃO

Nossa campanha tem destacado o **Grande Salto que o Ceará Merece**. Ele está presente nas propostas que a **Coligação Ceará Vota para Crescer** tem apresentado nas áreas de Saúde, Educação, Segurança Pública, Trabalho e Renda, entre outras. Queremos; nos dar as mãos para conquistar, juntos, um desenvolvimento econômico, político e sócio-ambiental que proporcione o exercício da cidadania a todo cearense. Essa não é uma tarefa fácil, mas se torna viável a partir dos diferenciais que estabelecemos como princípios para o nosso futuro governo, fundados na democracia, na pluralidade, na solidariedade e no humanismo.

Em primeiro lugar, a diferença está no **novo jeito de fazer**. Não nos interessa apenas fazer mais, e sim, mais e melhor, gerando trabalho e renda, superando as desigualdades, garantindo a segurança dos homens e mulheres, valorizando a vida e promovendo o encontro entre as pessoas.

Segundo: vamos fazer mais e melhor - não para uma pequena parcela da população, mas para o todo. Por isso, teremos, como grandes pilares da nossa construção solidária, a educação - apoiada na ciência e na tecnologia -, a saúde e a cultura - que afirmará a nossa identidade de cearense -, tudo isso valorizando o trabalho e a renda como verdadeiros passaportes para a cidadania. Só dessa maneira passaremos a ter uma vida de paz e segurança de verdade.

Terceiro: vamos fazer mais e melhor, não para uma só região do Estado, mas para todos os quadrantes do Ceará. Nenhum município ou localidade ficará ao largo, sem uma função e uma integração na economia estadual, como hoje acontece. Vamos assegurar o desenvolvimento local e regional em que todos terão - cada qual com um papel bem definido - participação ativa na vida econômica, política e social do Estado.

Quarto: estamos conscientes de que governo nenhum, em lugar nenhum do mundo, fará mais e melhor sozinho. Só poderá fazer se for junto com o povo, com a participação popular e, mais que vontade, com coragem política para enfrentar resistências conservadoras e reacionárias. Afinal, terão de ser invertidas as atuais prioridades, para que se possa distribuir equitativamente a riqueza entre as pessoas e as regiões.

Quinto: vamos construir, juntos, aquela que será a mais importante de todas as obras: um novo jeito de agir no Ceará. Nela residirá, com todas as letras, o **Grande Salto que o Ceará merece**. Um novo jeito de agir em que todos se unem em favor de todos e de todas as regiões do nosso Ceará.

Já provamos que poderemos tornar isso realidade pelo que estamos promovendo no Brasil, em Fortaleza, em Sobral e em diversas outras cidades do Ceará, construindo as bases para um desenvolvimento econômico com inclusão social.

Por isso, estamos convictos de que, com o apoio do governo Lula, a estreita cooperação com os municípios e a participação de todos os cearenses, realizaremos uma administração que produzirá o Grande Salto histórico que o Ceará merece.

O CEARA QUE TEMOS: ATRASO NO SOCIAL, RETROCESSO NO ECONÔMICO.

Nos últimos quatro anos, o Estado do Ceará não avançou na construção das condições objetivas para um salto no seu desenvolvimento, de forma a reverter o quadro de pobreza e desigualdades, apesar de todos os investimentos feitos pelo governo federal em nosso Estado, de acordo com os gráficos 1 e 2 abaixo.

GRAFICO 1 : TRANSFERÊNCIA VOLUNTÁRIA ESTADOS E MUNICÍPIOS - CEARA

GRAFICO 2 : INVESTIMENTO TOTAL DO GOVERNO FEDERAL NO CEARÁ COMO % DO PIB

Esses dados comprovam que não basta o investimento federal para alterar o quadro atual de miséria e exclusão que atinge a maior parcela da população do Estado. É indispensável o comprometimento real das políticas públicas estaduais com um projeto para o Ceará, em articulação e complementação às ações desenvolvidas no nível da União.

O conjunto de indicadores que mede o desenvolvimento do Estado ora aponta para a estagnação, ora para o retrocesso, seja nas políticas públicas sociais constitucionais, seja no processo de desenvolvimento econômico.

O Estado do Ceará ocupa, segundo a PNAD 2005, entre os 26 estados do País e o Distrito Federal, o 22º lugar na cobertura domiciliar de esgotamento sanitário e o 20º lugar na cobertura de domicílios com coleta de lixo. Nos índices de cobertura de domicílios com abastecimento d'água - canalizações internas -, acha-se em 18º lugar. Indicadores como esses explicam, em grande parte, a alta mortalidade infantil média estadual, situada em torno de 22,4 por mil (Ministério da Saúde e IBGE, 2004), convivendo com a existência de municípios com índices acima de 90 por mil.

Na área da saúde há indicadores alarmantes. Nos últimos cinco anos, não se registrou qualquer melhora nos índices de mortalidade materna, morte precoce (20-49 anos) por doenças cerebrovasculares, mortalidade por diabetes, mortalidade por câncer de colo uterino e incidência de tuberculose, apenas para citar alguns.

Numa situação ainda mais grave, é possível identificar ocorrências que, nos últimos cinco anos, apresentaram retrocesso, como a incidência de mortes por câncer de próstata, mama, pulmão e estômago e a incidência de sífilis congênita. São informações como essas que demonstram o descaso com que a saúde pública vem sendo tratada em nosso Estado.

Se analisarmos a área da educação, teremos, igualmente, indicadores alarmantes, seja na qualidade do ensino, seja no acesso da população às estruturas escolares. Na educação infantil, apenas 19% da população, na faixa etária até três anos de idade, tem acesso à creche. No ensino básico, o baixo nível de aprendizagem dos alunos tem sido evidenciado pelos resultados do SAEB, Prova Brasil, ENEM e PISA.

Da mesma forma, foi comprovado, de acordo com o Relatório Final do Comitê Cearense para a Eliminação do Analfabetismo Escolar, que 75,7% dos alunos da 4ª série não sabem ler ou lêem precariamente, e menos de 1% tem desempenho adequado entre a 4ª e a 8ª séries. Além disso, conforme o último censo do IBGE, o Ceará ainda tem 21,8% de analfabetos na população de 15 anos ou mais, ocupando o sexto pior lugar no Brasil em taxa de analfabetismo.

No desenvolvimento econômico, o Ceará vem perdendo posição no cenário nacional. A participação do Estado no PIB do Brasil, que chegou a 2,06% em 1998, caiu para 1,83% em 2003 (gráfico 3). Com isso, o Ceará ficou atrás do Pará, Espírito Santo e Goiás.

GRAFICO 3 : PARTICIPAÇÃO DO PERCENTUAL DO PIB DO CEARÁ NO PIB BRASILEIRO

O Ceará, conforme o IBGE, em PIB total é o 13º estado, porém em PIB per capita desce para o 23º lugar. Por essa razão, o Estado apresenta a terceira maior concentração de renda do País (PNUD 2005). Além disso, em intensidade de pobreza, segundo o PNUD, é o 5Q pior colocado, e na proporção da População em Idade Ativa (15 a 65 anos) - PIA, com renda de até um salário mínimo, responde pelo 4Q pior índice (PNAD 2004).

O setor industrial do Ceará tem perdido posição relativa no Brasil, nos últimos anos. Como esse setor exerce a importante função de imprimir dinamismo à economia como um todo, tal fato se reflete na cadeia produtiva estadual, com impacto negativo no desenvolvimento da agropecuária, do comércio e da prestação de serviços (gráfico 4).

GRAFICO 4 : PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DO PIB DA INDUSTRIA CEARENSE NO PIB TOTAL DA INDÚSTRIA BRASILEIRA

Há, ainda, outros indicadores simbólicos do grau de desenvolvimento econômico que, pouco são divulgados, mas são emblemáticos da situação do conjunto da população. E o caso do acesso aos bens de consumo, em que ocupamos, em termos relativos, o 24º

**DIRETRIZES, OBJETIVOS
ESTRATÉGICOS E PROPOSTAS DE
AÇÕES.**

SOCIEDADE JUSTA E SOLIDÁRIA

SAÚDE

O GRANDE SALTO

Materializar o preceito constitucional: "saúde direito de todos e dever do Estado", construindo no Ceará um sistema Estadual de Saúde humanizado, coerente com os princípios norteadores do SUS, que garanta atenção integral à saúde a todo cidadão cearense bem como: transformar o Ceará em um pólo produtor de ciência e tecnologia na área da saúde

DIRETRIZES

- Assegurar atendimento universal e integral, com equidade, a todos os cearenses.
- Fortalecer a capacidade de gestão da Secretaria Estadual de Saúde.
- Criar uma política estadual de educação permanente em saúde.
- Apoiar, fortalecer e ampliar as Conferências e os Conselhos de Saúde, i assegurando-lhes condições para cumprir o seu papel.
- Fortalecer a política estadual de saúde mental:
- Promover a articulação intersetorial e interinstitucional entre órgãos governamentais e instituições de ensino para potencializar as ações de vigilância à saúde.
- Fortalecer as ações de saúde com equipes multiprofissionais e interdisciplinares.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- Materializar solidariamente (União, Estado e Municípios) o Sistema Único de Saúde (SUS) do Ceará, garantindo o seu pleno funcionamento;
- Construir dois hospitais estaduais nas macrorregiões norte e sul;
- Garantir atenção especializada às urgências e emergências nas três macrorregiões; .Garantir o preceito constitucional que trata do financiamento das ações de saúde (12%)
- Garantir resolubilidade no nível terciário de atenção nas macrorregiões de saúde do Estado;
- Garantir as ações e serviços de saúde com resolubilidade do nível secundário em todas as microrregiões, incluindo ações do nível terciário em microrregiões estratégicas;
- Criar Centros Regionais de Especialidades em Saúde;
- Ampliar e fortalecer o Programa de Saúde da Família e o Programa de Agentes Comunitários da Saúde;
- Fortalecer a Mesa Estadual de Negociação Permanente do SUS como instrumento legítimo para discussão e deliberação de questões como: concursos públicos, repensar o modelo de terceirização nos serviços de saúde, buscar alternativas para a implantação do PCCS, e piso salarial das categorias;
- Reduzir a dependência do Ceará na área de ciência e tecnologia da saúde, instalando um pólo de desenvolvimento, bem como contribuindo para transformá-lo em referência nacional;
- Promover abordagem integral em saúde mediante oferta de ações de homeopatia, fitoterapia, acupuntura e práticas afins;
- Fortalecer as ações em defesa da saúde do trabalhador, com estabelecimento de metas para redução de riscos em acidentes e doenças do trabalho;

- Promover atenção integral à saúde da mulher com prioridade para: -Redução da mortalidade materna;
- Ênfase na prevenção do câncer de colo uterino e detecção precoce do câncer de mama;
 - Incentivo ao parto humanizado;
 - Ampliação da oferta de métodos de planejamento sexual e reprodutivo;
 - Ampliação da oferta de prevenção e tratamento das DST/AIDS;
- Ampliar a atenção especializada através dos Centros de Especialidades Odontológicas.

PROPOSTAS E AÇÕES

- Implantar um Programa de Tele-Saúde para dar suporte às faculdades de medicina, aos agentes de saúde, ao treinamento na área médica, esclarecimento de diagnósticos para segunda opinião médica;
- Integrar o complexo regulador estadual com as centrais municipais;
- Promover o acesso a serviços de qualidade, pautado no amplo respeito às diversidades;
- Reconhecer outras iniciativas populares de reivindicação e participação nas políticas de saúde;
- Desenvolver ações mais enérgicas visando modificar o quadro de saúde apresentado, com ações específicas do setor saúde e ações intersetoriais integradas;
- Fortalecer o Programa Estadual de Fitoterapia, incentivando pesquisas de plantas medicinais do Nordeste e a formação de profissionais para atuar na área;
- Fazer parceria com os municípios que tenham população acima de 50 mil habitantes, para implantação de uma rede de saúde mental que seja capaz de oferecer serviços de qualidade para a população cearense;
- Estabelecer ações educativas e preventivas para os previsíveis e evitáveis acidentes na infância, adolescência, terceira idade, pessoas com deficiências e transtornos mentais;
- Combater a violência por intolerância e discriminação de qualquer natureza;
- Discutir a viabilidade de fluoretação das águas de abastecimento para consumo humano;
- Assegurar a biossegurança nos consultórios odontológicos com ações de vigilância sanitária;
- Ressaltar a educação em saúde através de temas transversais e o protagonismo dos estudantes em relação às práticas de saúde de caráter individual e coletivo;
- Ampliar as ações em saúde bucal no PSF;
- Buscar meios de implementar atendimento de doenças geno-étnicas, como a anemia falciforme.

ASSISTENCIA SOCIAL E SEGURANÇA ALIMENTAR

O GRANDE SALTO

Romper com o modelo assistencial que perpetua as desigualdades sociais e a pobreza.

DIRETRIZES

- Organizar e consolidar o Sistema Único de Assistência social -SUAS.
- Criar o sistema estadual de segurança alimentar.
- Reordenar os serviços previstos no Sistema Único de Assistência Social, para garantir o acesso das pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade.
- Promover a melhor qualidade de vida e a inserção social dos idosos.

REDE DE SERVIÇOS SÓCIO-ASSISTENCIAIS

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- Consolidar uma nova política da Assistência Social, articulada com as demais políticas públicas federais e estaduais;
- Criar serviços regionalizados de atendimento às crianças, adolescentes, idosos, mulheres e outros segmentos vítimas de violência, maus tratos, abuso e negligência, por meio de Centros de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS;
- Viabilizar o co-financiamento de serviços de proteção básica (CRAS, Centros de Convivência Social, etc) nos municípios com maior indicador de vulnerabilidade social;
- Normatizar a concessão de benefícios eventuais e apoiar os municípios na sua implantação;
- Criar um indicador estadual de vulnerabilidade social para promover a organização e o geomapeamento dos serviços sócio-assistenciais;
- Viabilizar a formação de consórcios intermunicipais para a implantação de redes de proteção social;
- Reestruturar o FECOP a fim de dotá-lo de mecanismos de controle social na aplicação dos seus recursos e rever sua base de arrecadação;
- Qualificar a rede de serviços sócio-assistenciais, adotando política de recursos humanos necessária à prestação de serviços de qualidade.

PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- Consolidar a Rede em Educação Especial para atendimento às pessoas com deficiência, envolvendo instituições não-governamentais.

PROPOSTAS E AÇÕES

- Criar condições para realização de concurso público para professores de Educação Especial nas organizações governamentais e capacitação das equipes existentes no 1º cuidado da pessoa com deficiência.

- Garantir o acesso da pessoa com deficiência ao tratamento e à educação inclusiva: ~ transporte, atendimento clínico e rede escolar inclusiva;
- Implantar Programa "Teste da Mãezinha" que se constitui de: kit de exames laboratoriais para detecção de deficiência no feto e de doenças da mãe durante a gravidez, como prevenção à deficiência;
- Intensificar (3 fazer cumprir a legislação quanto ao teste do pezinho, oferecendo condições ao seu cumprimento e fiscalizando sua execução);
- Viabilizar o cumprimento da legislação de acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, elaborando as regulamentações complementares e articulando as três esferas de governo e a sociedade civil.

IDOSOS

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- Criar uma Política Estadual do Idoso, em consonância com as diretrizes da Política Nacional e o Estatuto do Idoso;
- Assegurar uma melhor qualidade de vida ao idoso, por meio de programas que fortaleçam o convívio familiar e comunitário, promovendo o acesso a serviços, ao lazer à cultura e à atividade física, de acordo com sua capacidade funcional, e estabelecer o direcionamento técnico das ações para a terceira idade, a fim de orientar as políticas sociais.

PROPOSTAS E AÇÕES

- Criar um Banco de Dados sobre a situação do Idoso no Ceará, a fim de identificar o i; processo de envelhecimento de forma crítica e científica, embasado na realidade, tendo como parâmetro a Política Nacional do Idoso;
- Implantar um Programa de Capacitação e Inclusão para o Trabalho direcionado à terceira idade, com destaque para a geração de ocupação e renda, e para abolição de todas as formas de discriminação ao idoso no tocante ao acesso ao trabalho e. aposentadoria;
- Criar e/ou expandir a rede de Centros de Convivência e Qualidade de Vida do Idoso numa perspectiva regional, mediante a construção de equipamentos sociais visando atender à demanda crescente de idosos através de serviços especializados: atividades recreativas, sócio-culturais, esportivas, terapêuticas, hidroginástica e musicoterapia;
- Estabelecer o direcionamento técnico das ações para a terceira idade a fim de orientar as políticas sociais, dando maior visibilidade e destaque ao envelhecimento populacional considerando que o Ceará é o 6º estado da Federação;
- Viabilizar a criação de Delegacias Especializadas para a Terceira Idade, junto a Secretaria de Segurança Pública e Defesa da Cidadania garantindo o atendimento com assistentes sociais e defensores públicos;

- Estabelecer, pela Secretaria de Saúde, no âmbito do SUS, critérios de prioridade de atenção ao idoso, a fim de garantir o atendimento digno, contrapondo..se às constantes violações que ocorrem na área da saúde;
- Dinamizar, ampliar e apoiar os programas de turismo social destinados à terceira idade;
- Animar o debate em torno da construção de um Pacto pela longevidade Digna no Ceará, tomando por base a "Estratégia Internacional sobre o Envelhecimento" da ONU, de parcerias entre o Poder Público e a Sociedade Civil;
- Capacitar coordenadores de grupos de idosos, cuidadores familiares e profissionais de todas as áreas que lidam com idosos, para o desenvolvimento de uma visão gerontológica, visando oferecer melhor qualidade no atendimento ao idoso;
- Incentivar a, permanência do idoso no convívio familiar, prestando orientações, esclarecimentos e encaminhamento à rede social de apoio, suprimindo suas necessidades;
- Apoiar o voluntariado voltado para terceira idade;
- Apoiar os idosos da área rural, em especial as mulheres;
- Empreender esforços para a implantação da educação gerontológica, compreendendo o processo de envelhecimento e suas implicações na família e na sociedade.

SEGURANÇA ALIMENTAR

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- Propiciar às famílias cearenses o acesso e à produção, à comercialização e ao consumo alimentar, incluindo alimentos diversificados, baratos e de qualidade, com a implantação do SESAN - Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional;
- Propor a lei Orgânica Estadual de Segurança Alimentar de modo a garantir a criação do Sistema Estadual de Segurança Alimentar e os dos Conselhos Municipais de Segurança Alimentar.

PROPOSTAS DE AÇÕES

- Estabelecer programa de orientação nutricional para escolas da rede pública estadual e municipal;
- Estimular a compra de alimentos provenientes de núcleos produtivos regionais e locais;
- Ampliar os programas de acesso da população a alimentos de qualidade, como banco de alimentos, restaurantes populares e cozinhas comunitárias;
- Aplicar recursos do FECOP na implementação da política de segurança alimentar.

INFÂNCIA E JUVENTUDE

O GRANDE SALTO

A criança e o jovem cuidados como prioridade absoluta no atendimento, para se criar uma nova geração de cearenses; com um novo jeito de agir, dentro de uma cultura de paz.

DIRETRIZES

- Cuidar da criança e do jovem como prioridade absoluta no atendimento.
- Mudar a atitude para com a criança no sentido do acolhimento das diferenças.
- Implantar uma cultura de paz.

CRIANÇA

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- Revitalizar a Política Estadual de Atenção à Criança e ao Adolescente pela inserção de uma visão de futuro, com novos valores de compreensão da vida e da cidadania, em consonância com os preceitos do Estatuto da Criança e do Adolescente.

PROPOSTAS DE AÇÕES

- Buscar o sentido do cuidar, numa visão da transdisciplinaridade na rede de serviços e na mudança de atitude para com a criança, focando no cuidado com o acolhimento das diferenças;
- Incrementar a Rede Estadual de Serviços de Atendimento à Criança mediante o incentivo e a cooperação com os municípios no estabelecimento desses serviços;
- Viabilizar a formação de consórcios intermunicipais de atendimento à infância;
- Criar serviços regionalizados de atendimento às crianças vítimas de violência, maus tratos, abuso e negligência, incluídos nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social -CREAS;
- Incrementar campanhas estaduais para capitalização dos Fundos da Criança e do Adolescente e dinamização do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- Promover a capacitação continuada dos Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente e Conselhos Tutelares, para qualificar suas ações e dar conhecimento efetivo do Estatuto da Criança e do Adolescente.

JUVENTUDE

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- Considerar a juventude como público prioritário das políticas públicas, numa perspectiva transversal, integrada ao processo produtivo e à rede de serviços públicos, em especial a de educação básica e profissional, científica e tecnológica, a de cultura, esporte e lazer, e aos programas de primeiro emprego;
- Instituir a Política Estadual da Juventude com o propósito de promover a transversalidade desse segmento com as demais políticas públicas.

PROPOSTAS DE AÇÕES

- Criar núcleos de Cultura da Paz como espaços vivenciais e de intercâmbio de gerações (jovens e idosos), nas áreas urbanas e rurais, para o surgimento de novos valores e atitudes de respeito às diferenças, rompendo com as condutas de banalização da vida e da violência na Escola, na Família e na Comunidade;
- Instituir o Observatório Permanente da Juventude, em parceria com as organizações da sociedade, tendo como principal atribuição conhecer a realidade da juventude cearense para subsidiar a implementação das respectivas políticas públicas;
- Realizar a Conferência Estadual da Juventude, a partir de Conferências Municipais, interligando as ações dos Conselhos da Juventude e fortalecendo a participação destes segmentos com fóruns e plenárias juvenis;
- Incentivar 8IS empresas públicas e privadas e as universidades, a fim de assegurar a capacitação, qualificação profissional científica e tecnológica e inserção no mercado de trabalho do jovem em busca do primeiro emprego;
- Criar cursos profissionalizantes de ensino médio nas escolas estaduais;
- Criar estágio remunerado em empresas privadas para os jovens sem experiência, com bolsa paga pelo governo estadual;
- Construir áreas de lazer e cultura com quadras, pistas de skate, anfiteatro e para outras atividades esportivas e culturais;
- Implantar ilhas digitais de acesso grátis à Internet;
- Criar, em parceria com as prefeituras, uma rede de pontos de encontro para a juventude nas áreas urbanas e rurais, considerando os já em desenvolvimento pelo Ministério da Cultura;
- Incrementar o Programa Estadual de Educação Sexual e Reprodutiva voltado para a Juventude;
- Instituir um programa preventivo e de atendimento aos jovens dependentes de substâncias psicoativas e suas famílias;
- Criar serviços regionalizados de atendimento aos adolescentes vítimas de violência, maus tratos, abuso e negligência, incluídos nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS;

SEGURANÇA PÚBLICA, PROMOÇÃO DA JUSTIÇA E PROTEÇÃO AO CIDADÃO

O GRANDE SALTO

Enfrentar a criminalidade e a violência endêmica, gerando sentimentos de segurança e tranquilidade para os cearenses.

DIRETRIZES

- Proporcionar ações imediatas de segurança ao cidadão.
- Implantar uma política de segurança pública integrada e articulada com as demais políticas públicas.
- Aparelhar e capacitar as instituições policiais.

SEGURANÇA PÚBLICA E PROMOÇÃO DA JUSTIÇA

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- Promover a integração das instituições de segurança pública com a participação da sociedade no combate à violência e ao crime;
- Articular iniciativas de repressão e de prevenção, com especial atenção para as ações de inteligência e de informação;
- Criar a ronda do quarteirão em Fortaleza.e Região Metropolitana;
- Tornar as polícias mais eficientes, atuando em defesa da cidadania, no estrito cumprimento das leis, visando à preservação dos direitos e da cidadania;
- Definir um programa de parceria com as prefeituras para compartilhar responsabilidades com a segurança pública, promoção da justiça e a proteção do cidadão, dentro de suas respectivas áreas de atuação;
- Promover uma maior articulação e integração entre os vários órgãos de segurança pública, Possibilitando o planejamento e a execução de políticas de policiamento;
- Estabelecer como prioridade, na política de segurança pública, o investimento em recursos humanos, na área de capacitação;

PROPOSTAS DE AÇÕES

- Criar um programa de formação continuada e integrada das forças policiais em parceria com as universidades, centrado em segurança pública, direitos humanos e cidadania;
- Mapear a criminalidade e a violência no Estado e transformar as Delegacias em Centrais Integradas de Segurança Pública responsáveis por zonas geo-referenciadas;
- Instalar câmeras de vigilância eletrônica nos pontos perigosos das maiores cidades do Ceará;
- Discutir a criação de um instituto de perícias no Ceará, com autonomia administrativa e financeira, reunindo os Institutos Médico Legal e de identificação e polícia técnica com atualização científica e tecnológica desses órgãos;
- Criar Ouvidorias e Corregedorias autônomas e independentes nas polícias estaduais;
- Promover integração e articulação operacional entre os Órgãos do Estado e a Defensoria Pública para implementar políticas de enfrentamento da violência e criminalidade;

- Criar centros integrados de referência da cidadania em parceria com os municípios, para prestar serviços às populações nas áreas da justiça, defensoria pública, polícia e registros civis dentre outros;
- Criar Núcleos Especializados e Regionais da Defensoria Pública;
- Prover a Defensoria Pública do Estado de cargos técnicos e de apoio, estrutura física e equipamentos para a DPGE;
- Criar Núcleos de Mediação Comunitária e espaços de cidadania, com equipes multidisciplinares;
- Implantar 50 Delegacias de Polícia no interior do Ceará;
- Criar programas de assistência social e cultural para os policiais e suas famílias;
- Implementar políticas de acompanhamento biopsíquicosocial junto aos profissionais do sistema de segurança pública;
- Diminuir, a curto, médio e longo prazo, o déficit de pessoal na Defensoria Pública, na Polícia Civil, Polícia Militar e no Sistema Prisional;
- Empreender estudos visando à implantação do sistema de entrâncias na estrutura da carreira de Delegados de Polícia Civil; t.
- Definir uma política salarial digna para os Defensores Públicos, os Policiais Civil e Militar e os Agentes Prisionais;
- Investir em um sistema penitenciário que priorize atividades ocupacionais, culturais e educacionais para os detentos, assim como um programa sistemático de assistência ao egresso;
- Rever os contratos de terceirização do sistema prisional;
- Promover a informatização do sistema penitenciário e segmentos da segurança pública de forma integrada;
- Integrar o sistema penitenciário à área de segurança pública;
- Fortalecer o programa de amparo e assistência às vítimas da, violência;
- Investir e fortalecer o sistema de Inteligência da segurança pública;
- Empreender estudos visando a implantação de Delegacias de Defesa da Mulher em municípios de 60 mil habitantes ou mais e rede de atendimento e proteção das mulheres em situação de risco pessoal e social;
- Rever a lei de criação do Conselho Penitenciário Estadual;
- Fortalecer a Delegacia de Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes - DCECA e ampliar a rede de proteção e retaguarda às crianças e adolescentes vítimas da violência sexual (abuso e exploração sexual);
- Fortalecer a parceria com a Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP/MJ;
- Instalar o Conselho Estadual de Segurança Pública - CONSESP, autônomo, participativo e independente, com representação ampliada;
- Reestruturar os Conselhos Comunitários de Defesa Social - CCDS;
- Estruturar um programa permanente de manutenção dos equipamentos policiais.

PROMOÇÃO DE IGUALDADE COM EQÜIDADE SOCIAL

O GRANDE SALTO

Construir políticas públicas que visem à superação das desigualdades e promovam ações de enfrentamento à discriminação quanto a gênero, raça e diversidade sexual.

DIRETRIZES

- Empreender esforços para promover a autonomia econômica e social da mulher.
- Assegurar, por meio de políticas públicas específicas, os direitos do índio.
- Garantir o acesso à educação e sustentabilidade econômica às comunidades quilombolas.
- Assegurar o respeito às diversidades, garantindo igualdade, direitos e oportunidades a todos.
- Empreender esforços para criação de um Órgão que se empenhe na defesa das diversidades definindo políticas e articulando ações.

MULHERES

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- Implementar políticas, planos de ação, programas e projetos, incluindo medidas específicas, para eliminar a pobreza entre as mulheres e para garantir a sua autonomia econômica e social, por meio do exercício de seus direitos à educação e ao emprego.

PROPOSTAS DE AÇÕES

- Ampliar o número de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, Centros de Referência e Casas-Abrigo, prioritariamente nos municípios com se5isenta mil habitantes ou mais;
- Demandar esforços pela implantação do Juizado Especial de atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica, com competência cível e criminal conforme a Lei Maria da Pena;
- Criar uma rede integrada de assistência jurídica e psico-social à mulher, envolvendo IML - Universidades -Defensoria Pública;
- Promover campanhas contra as violências domésticas, tornando públicas as mudanças advindas da Lei Maria da Pena;
- Reestruturar o Conselho Cearense dos Direitos da Mulher, revendo sua composição e competência e fortalecendo sua atuação como elaborador de políticas públicas específicas;
- Reformular e ampliar os programas de educação sexual nas escolas, para abordar a historicidade das questões das mulheres frente às desigualdades nas relações de gênero, bem como noções de direitos sexuais e direitos reprodutivos;
- Empreender esforços para garantir, nos serviços de saúde, esclarecimentos e fornecimento de todos os métodos contraceptivos disponíveis no mercado, inclusive contracepção de emergência, observada a lei de planejamento familiar;
- Controlar os serviços privados por intermédio do SUS, para que sejam garantidas informação adequada e qualidade no atendimento e na oferta dos métodos contraceptivos;
- Cumprir ais diretrizes da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Mulheres r ,

- em conformidade com os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) e tendo como referência a garantia da saúde sexual e reprodutiva, como parte integrante dos direitos sexuais e direitos reprodutivos, no marco dos direitos humanos;
- Garantir o acesso a serviços humanizados e de qualidade, pautados pelo respeito às diversidades - em particular étnicas e raciais - e pela garantia da preservação da autonomia das mulheres.

POVOS INDÍGENAS

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- Implantar uma nova política indigenista no Estado, com a participação dos povos indígenas.

PROPOSTAS DE AÇÕES

- Manter uma formação continuada para profissionais de saúde, com sensibilização para uma abordagem ética, respeitando as diversidades, os valores pessoais, a liberdade individual e a decisão informada,
- Criar condições para que os Índios proponham e executem projetos econômicos, educacionais, sociais e culturais voltados para a proteção e desenvolvimento das comunidades, com base no modo próprio do povo indígena de se organizar;
- Promover a troca de experiências entre as comunidades indígenas, no que se refere as formas de produção e comercialização, de organização da produção feminina e de uso de novas tecnologias;
- Fortalecer a educação específica diferenciada e de qualidade para as populações indígenas, respeitando a diversidade cultural e étnica.

AFRODESCENDENTES E QUILOMBOLAS

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- Viabilizar a transversalidade nas diversas políticas setoriais para promover ações afirmativas e compensatórias, geradoras de igualdade racial.

PROPOSTAS DE AÇÕES

- Realizar censo demográfico e sócio-cultural buscando mapear, quantificar e qualificar a participação do negro na economia e na cultura cearense.
- Elaborar campanhas de conscientização da afro-descendência ressaltando uma nova visão da presença negra no Ceará;
- Implementar um serviço de defensoria pública especializada no combate ao racismo, baseada na legislação vigente, referenciada no Programa SOS Racismo do Governo Federal;
- Implementar a Lei 10639 que regula o ensino do conhecimento afro-brasileiro na escola pública;
- Criar condições para os quilombolas e comunidades afro-religiosas proporem e executarem projetos econômicos, sociais e culturais de proteção e desenvolvimento das comunidades, com base no modo próprio do povo negro de se organizar;
- Implantar ações de auto-sustentabilidade e superação da situação de insegurança alimentar dessas comunidades;

- Implementar o sistema de quotas para negros a partir de ampla discussão com a comunidade acadêmica e cearense em geral.

DIVERSIDADE SEXUAL

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- Implantar políticas afirmativas e de promoção de uma cultura de respeito à diversidade sexual, favorecendo a visibilidade e o reconhecimento social.

PROPOSTAS DE AÇÕES

- Desenvolver e aprofundar as ações de combate à discriminação e promoção da cidadania GLBT, nos marcos do programa Brasil sem Homofobia;
- Promover ações combinadas entre as políticas de educação, saúde, cultura e geração de emprego e renda, visando incidir mais diretamente na qualidade de vida e no combate à violência e à discriminação.

EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

O GRANDE SALTO

Trabalhar a educação, a ciência, a tecnologia de forma intersetorial como premissa para o novo projeto de desenvolvimento que o Ceará merece.

DIRETRIZES

EDUCAÇÃO BÁSICA

- Nortear a política para a educação básica como estratégia para o desenvolvimento, para a inclusão e como instrumento de cidadania que será trabalhada em regime de colaboração entre os entes federativos e na gestão do próprio sistema de ensino.
- Propiciar uma educação que, além da aprendizagem de competências de caráter geral, forme pessoas mais aptas a assimilar mudanças, mais autônomas em suas escolhas, que respeitem as diferenças e superem a fragmentação social.

EDUCAÇÃO SUPERIOR

- Estabelecer uma política de educação superior articulada com as políticas de inclusão social e desenvolvimento regional, com vistas a garantir a sustentabilidade do novo modelo de desenvolvimento sócio-econômico e político-cultural do Estado do Ceará. .Qualificar e ampliar o sistema estadual de educação superior na direção das vocações regionais e das tendências de futuro, promovendo ações específicas de indução do desenvolvimento.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA E AGROTÉCNICA

- Estimular a formação profissional, levando em conta as potencialidades regionais e as áreas estratégicas de desenvolvimento do Estado.
- Estabelecer uma política de formação para o trabalho, articulada com a formação básica.
- .Promover a educação profissional, tecnológica e agrotécnica de forma continuada.

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

- A ciência, a tecnologia e a inovação como política de Estado para a indução do desenvolvimento integrado e sustentado do Ceará.

EDUCAÇÃO BÁSICA

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- Valorizar os profissionais do magistério;
- Ampliar a oferta de educação em todos os níveis de ensino;
- Garantir a permanência e o sucesso do jovem no sistema escolar e a conclusão da educação básica com sólida formação;
- Aprimorar o processo de democratização da gestão do ensino público;

- Implementar padrões básicos de infra-estrutura física, material e de pessoal nas escolas públicas;
- Estabelecer programas de formação continuada de profissionais da educação;
- Aperfeiçoar o regime de colaboração entre os sistemas de ensino com vistas a uma ação coordenada entre entes federativos;
- Aperfeiçoar os processos avaliativos de rendimento escolar e institucional;
- Viabilizar recursos para o financiamento da política educacional;
- Favorecer a transformação dos alunos pelo domínio conceitual e utilização consciente e cidadã das tecnologias atuais e futuras, por meio de ensinamentos pela disciplina da Tecnologia.

PROPOSTAS DE AÇÕES

EDUCAÇÃO INFANTIL

- .Estabelecer critérios na distribuição do quarto da parcela do ICMS pertencente aos municípios de modo a premiar os que tiverem o melhor desempenho em percentual de crianças de 0 a 5 anos matriculadas nas creches e pré-escolas;
- .Desenvolver programa de orientação às famílias para atuarem na estimulação precoce e desenvolvimento psicomotor e sócio-afetivo das crianças nos primeiros anos de vida, articulado com as políticas de saúde;
- .Estabelecer regime de colaboração com municípios para a criação de novas vagas de creche e pré-escola de modo a atender 50% de 0-3 anos e 100% da população de 4-5 anos.

ENSINO FUNDAMENTAL

- Implementar, em parceria com os municípios, programa para eliminar o analfabetismo escolar, assegurando todas as condições de infra-estrutura e didático-pedagógicas para a aprendizagem da leitura, escrita e cálculo, já na primeira série do ensino fundamental;
- Assegurar o cumprimento e a qualidade do tempo escolar e ampliar progressivamente a jornada, visando a implementação do tempo integral;
- Garantir no currículo do Ensino Fundamental atividades artísticas, esportivas e culturais e ter a escola como elemento de integração entre as políticas de educação esporte e cultura do Ceará.

ENSINO MÉDIO

- Criar vagas no Ensino Médio, assegurando o compromisso de atender toda a demanda dos concluintes do ensino fundamental e aos que não cursaram este nível na idade própria;
- Garantir complementarmente os livros de português e matemática distribuídos pelo MEC e os demais livros didáticos das outras disciplinas;
- Oferecer curso pré-vestibular aos alunos egressos do ensino médio público;
- Ampliar e fortalecer o protagonismo juvenil, estimulando monitorias e articulando-o com programas de voluntariado e primeiro emprego;
- Articular a formação de nível médio com o ensino profissional e o mundo do trabalho;

- Redimensionar a escola noturna, assegurando a permanência dos alunos, mediante projeto pedagógico que atenda ao perfil dos educandos, possibilitando-lhes aprendizagens significativas;
- Desenvolver junto às escolas amplo programa de esportes, assegurando a prática da educação física;
- Ampliar e fortalecer os Jogos Estudantis;
- Pautar com o Governo Federal o financiamento da merenda escolar para o ensino médio.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA

- Articular a EJA mediante um projeto pedagógico com o mundo do trabalho e com a inclusão sócio-digital;
- Ampliar e requalificar os programas de alfabetização de adultos, com vistas à eliminação do analfabetismo de jovens e adultos.

GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO

- Realizar a Conferência Estadual de Educação que subsidiará a elaboração, de forma participativa, do Plano Estadual de Educação, com duração decenal;
- Fortalecer os mecanismos de avaliação institucional das escolas, de modo que o núcleo gestor preste contas dos resultados escolares, envolvendo professores, alunos e pais, e incrementando a participação da comunidade na gestão da escola;
- Aperfeiçoar o processo de seleção pública e eleição de diretores das Escolas, ampliando as oportunidades de participação;
- Fortalecer a livre organização dos grêmios estudantis e o papel dos conselhos escolares, recuperando sua função social e pedagógica, de modo a garantir o controle da qualidade do ensino pela comunidade;
- Incentivar o envolvimento dos pais na melhoria do desempenho escolar dos seus filhos;
- Levar a escola até a comunidade e trazer a comunidade à escola, de forma a abrir seus espaços aos jovens, idosos e outros grupos sociais, para a realização de atividades desportivas, artísticas e culturais, nas férias e fins de semana, bem como integrar seu projeto pedagógico no meio social em que está inserida;
- Criar um Centro de Formação para o Desenvolvimento da Gestão Educacional e Escolar que possa atender às demandas das equipes técnicas do Estado e dos Municípios, bem como dos núcleos gestores das escolas;
- Redirecionar a linha de atuação da SEDUC/CREDEs para uma relação de respeito e parceria, com foco no fortalecimento da autonomia e da capacidade técnica dos parceiros (municípios) e dos gestores escolares estaduais.

VALORIZAÇÃO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO

- Deflagrar o processo de revisão do plano de cargos, carreira e remuneração dos trabalhadores em educação;

- Implementar reajustes superiores à inflação e de forma diferenciada para a categoria do magistério estadual;
- Garantir a participação das universidades públicas na formação de professores para a educação básica, articulando cursos com as necessidades e prioridades do ensino público no Estado;
- Estabelecer, como um dos eixos da gestão, uma política de desenvolvimento profissional que contemple programas de formação inicial e continuada com o sistema de acompanhamento, suporte pedagógico e avaliação centrada no trabalho docente, tendo como referência o projeto político-pedagógico comprometido com a qualidade, a efetiva aprendizagem e a cidadania.

EDUCAÇÃO NA DIVERSIDADE - PROJETOS ESPECIAIS, INTERSETORIAIS E TRANSDISCIPLINARES

- Assegurar as condições (estruturais e pedagógicas) para a inclusão na escola regular, bem como a oferta de centros de educação para as pessoas portadoras de necessidades especiais, consolidando o seu direito a educação;
- Preparar a escola para valorizar a diversidade e aprender com ela;
- Articular a escolarização com outras oportunidades educacionais, tais como centros especializados de ensino de língua, de arte, cultura, esporte e lazer e centros de aprendizagem tecnológica;
- Criar programa de educação ambiental que qualifique as escolas e os alunos como agentes de uma cultura de paz, de responsabilidade social e ambiental;
- Fortalecer a educação indígena e quilombola;
- Elaborar proposta específica de educação para o campo em cooperação com as organizações dos trabalhadores rurais, universidades, centros de pesquisa e difusão tecnológica.

EDUCAÇÃO SUPERIOR

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- Promover a inclusão social e o desenvolvimento regional por meio da implantação de políticas afirmativas voltadas para interiorização da educação superior;
- Potencializar o processo de desenvolvimento local e regional, promovendo uma relação de cooperação entre os sistemas estadual e federal de educação superior;
- Ampliar a oferta de vagas no ensino superior as universidades estaduais, em especial no interior do Estado.

PROPOSTAS DE AÇÕES

- Garantir autonomia de gestão administrativa e financeira das universidades estaduais por meio de mecanismos de sustentabilidade permanente;
- Articular o sistema de ensino superior com o de ensino tecnológico e o sistema de C,T& I;
- Incentivar a qualificação dos docentes do sistema estadual de ensino superior;
- Criar as condições para ampliar a inserção das universidades públicas estaduais na pesquisa e na extensão;

- Estimular o desenvolvimento de projetos de reforma e atualização curricular, em particular nos cursos de formação de professores para educação básica;
- Estabelecer uma instância de discussão com a comunidade acadêmica sobre o papel das universidades públicas e privadas no projeto de desenvolvimento do Estado do Ceará;
- Apoiar a luta pela transformação dos três campi da Universidade Federal do Ceará - UFC em universidades autônomas;
- Aumentar o número de vagas e de novos cursos nas universidades, nos níveis de graduação, especialização, seqüencial e pós-graduação;
- Ampliar o quadro de mestres e doutores;
- Promover a difusão e as atividades de extensão das universidades e instituições de pesquisa no sentido de levar novos conhecimentos para população;
- Estimular o intercâmbio acadêmico entre as universidades públicas do Estado, especialmente entre a Capital e o Interior;
- Ampliar a oferta de vagas no ensino superior nas universidades estaduais, em especial no interior do Estado.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, TECNOLÓGICA E AGROTÉCNICA

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- Estabelecer um programa estratégico de formação de professores para a educação tecnológica e profissional, em parceria com o governo federal, governos municipais e iniciativa privada;
- Atender às novas demandas do setor agropecuário, qualificando, reestruturando e ampliando a rede estadual de escolas agrotécnicas e promovendo sua articulação com as escolas federais.

PROPOSTAS DE AÇÕES

- Implantar escolas técnicas de nível médio a partir dos CVT's, em convênio com as escolas de ensino médio, que oferecerão mais 25% de carga horária para complementação do ensino;
- Implantar um Plano de Educação Profissional, Ciência, Tecnologia e Inovação;
- Desenvolver uma concepção de educação profissional capaz de conferir dimensão estratégica aos gastos nessa área, tanto com formação básica, como técnica e tecnológica, com a finalidade de viabilizar oportunidades de investimentos que dependem da qualidade da força de trabalho;
- Implantar estruturas de pesquisa e desenvolvimento tecnológico nas áreas estratégicas: software, comunicações, química fina e mineral;
- Qualificar, reestruturar e ampliar a rede estadual de escolas agrotécnicas e promover sua articulação com as escolas federais para atendimento às novas demandas do setor;
- Preparar-se para utilizar o sistema de televisão digital a fim de fortalecer e expandir educação tecnológica.

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- Identificar áreas estratégicas de interesse do Estado, para estabelecer linhas de apoio a ações indutoras, em ciência e tecnologia, que sejam capazes de contribuir com o desenvolvimento do Estado.

PROPOSTAS DE AÇÕES

- Restabelecer o diálogo com a comunidade científica cearense;
- Reestruturar o sistema de C, T & I do Ceará;
- Instituir o Conselho Estadual de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior para articular as ações governamentais no setor;
- Despertar novos talentos mediante iniciativas de divulgação científica e Olimpíadas de Ciências, em especial nas áreas de baixo desenvolvimento humano;
- Estimular o uso das infovias para complementar a formação de professores da rede estadual de ensino básico;
- Reconfigurar a atuação da FUNCAP e restaurar seu Conselho de Administração;
- Empreender esforços para criar uma Agência Estratégica de Desenvolvimento com ações indutoras, em ciência e tecnologia, capazes de contribuir com o desenvolvimento do Estado;
- Disseminar tecnologias inovadoras para micro, pequenas e médias empresas, por meio das Universidades, Institutos de Pesquisa e ONGs;
- Articular o sistema de C, T & I com a educação profissional e básica para agilizar a disseminação do conhecimento;
- Apoiar a divulgação científica junto à população;
- Recrutar, para o Ceará, jovens doutores em áreas consideradas estratégicas para o Estado;
- Instalar no Ceará um pólo de desenvolvimento na área de ciência e tecnologia da saúde, objetivando a redução da dependência do Ceará nesta área, bem como contribuir para transformá-lo em referência nacional;
- Estimular o intercâmbio acadêmico entre as universidades públicas sediadas no Estado, especialmente entre a Capital e o Interior;
- Criar infovias regionais estratégicas de educação tecnológica, de acordo com as vocações de cada região do Estado, incorporando os equipamentos existentes e incentivando os municípios a implantar núcleos de inclusão digital;
- Estabelecer linhas de apoio às ações indutoras, em áreas estratégicas de interesse do Estado, onde a ciência e tecnologia possam contribuir;
- Promover a inclusão sócio-digital, democratizando o acesso aos recursos da Tecnologia de Informação e ao mundo digital;
- Promover o aprofundamento, disseminação e ampliação da democracia e cidadania digitais, mediante a oferta à população de serviços e recursos de Tecnologia da Informação;

- Adotar e incentivar o uso preferencial de software livre, que não gera dependência tecnológica, tanto à Administração Pública quanto à sociedade;
- Utilizar a economia digital (produção de softwares, informação e conteúdo digitais, e prestação de serviços de Tecnologia da Informação), prioritariamente local, como vetor de desenvolvimento econômico e social.

ESPORTE, ATIVIDADES FÍSICA E LAZER

O GRANDE SALTO

O esporte e o lazer como indutores do desenvolvimento humano, da formação integrada do cidadão, da melhoria da qualidade de vida e da solidariedade entre as pessoas em todas as regiões do Estado.

DIRETRIZES

- Promover o esporte, a atividade física e o lazer na perspectiva do desenvolvimento humano, da formação integral das pessoas e da melhoria da qualidade de vida do conjunto da sociedade.
- Aproveitar as condições naturais favoráveis para a prática esportiva no Estado, com destaque para os esportes da natureza, náuticos, de vento e de areia. ,

ESPORTE, ATIVIDADES FÍSICA E LAZER

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- Garantir o acesso às atividades físicas, desportivas e de lazer ao cearense, criando programas específicos, com apoio multiprofissional;
- Implantar a Política Estadual do Esporte, definindo metas e desafios, a partir do princípio da inclusão social; .
- Implementar parcerias com as instituições privadas, permitindo a permanente obtenção e ampliação de novos programas e equipamentos esportivos.

PROPOSTAS DE AÇÕES

- Criar Núcleos Regionais Estratégicos de iniciação esportiva nas diversas modalidades, como formação de base;
- Construir, reformar, ampliar, adaptar e modernizar os equipamentos esportivos públicos, na Capital e no Interior, homologando-os nas respectivas confederações, de modo a permitir a realização de eventos oficiais;
- Promover eventos de atividade física, esporte e lazer, respeitando as características regionais, estabelecendo calendário estadual de atividades;
- Aproveitar as condições naturais favoráveis à prática esportiva no Estado, com destaque para os esportes da natureza, náuticos, de vento e de areia;
- Permitir a inclusão social por meio do esporte, com atenção à terceira idade e aos portadores de deficiência;
- Articular com a SEDUC e universidades a valorização do esporte educacional e do profissional de educação física;
- Incentivar a qualificação dos profissionais e dirigentes do esporte, com base científica;
- Criar Centros de Referência do Esporte para formar atletas de alto nível, articulados com as associações desportivas;
- Implantar o Programa Estadual de Atividade Física - Agita Ceará, como promoção da saúde;

- Implementar programas, projetos, eventos esportivos e de lazer, atendendo a todas as faixas etárias, na sua diversidade;
- Criar projetos itinerantes relacionados à atividade física, esporte e lazer, incentivando a prática de novas modalidades;
- Alterar a estrutura física das escolas e universidades, permitindo aos alunos e à comunidade atividades de esporte e lazer nos finais de semana e feriados;
- Articular o esporte, educação e saúde de forma interdisciplinar;
- Fazer o geoprocessamento do esporte, por modalidade, mapeando os equipamentos esportivos existentes no Estado e cadastrando as associações, agremiações, clubes, ligas e equipes;
- Revitalizar o Conselho Estadual do Esporte e incentivar a criação dos Conselhos Municipais;
- Realizar os jogos da juventude e da terceira idade, com a participação de todas as regiões do Estado;
- Ampliar o Programa Bolsa-Alela, com transparência, revisão e evolução, de acordo com o rendimento individual;
- Reestruturar a SEJUV, dando amplo atendimento ao esporte nas dimensões do rendimento educacional e da participação;
- Manutenção de laboratórios de pesquisa que colaborem no norteamenlo do esporte em todos os níveis.

CULTURA

O GRANDE SALTO

Navegar no Arquipélago da cultura cearense e brasileira como movimento de transformação fundamentado nos saberes, fazeres e talentos do povo é na afirmação de atitudes para um novo jeito de agir do Ceará, na perspectiva do diálogo entre a diversidade e identidade cultural locais e regiões do Ceará

DIRETRIZES

- A cultura compreendida como a organização social, as tecnologias e as linguagens, tem papel de relevo na coesão social, na afirmação dos valores e da identidade do povo cearense e, como capital social e humano, é fator crucial para o desenvolvimento integrado e sustentado.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- Estabelecer uma política para a economia da cultura, centrada na estruturação e fortalecimento da cadeia produtiva da indústria cultural;
- Implementar uma política de formação, produção e difusão de âmbito local e regional, estimulando e apoiando o intercâmbio estadual da cultura;
- Implantar a gestão participativa na cultura;
- Estabelecer uma política de valorização do patrimônio histórico cultural;
- Fortalecer a implantação dos sistemas nacional, estadual e municipais da cultura.

PROPOSTAS DE AÇÕES

- Realizar a cartografia da cultura para subsidiar a definição da política cultural e a economia da cultura, articulada com a política de geração de renda;
- Implantar rede de escolas de cultura, comunicação, ofícios e artes nos principais centros regionais;
- Rever a Legislação Estadual de Incentivo à Cultura, com fixação prévia dos valores da renúncia fiscal e com a adoção de medidas que visem fortalecer o financiamento das atividades dos artistas e produtores culturais;
- Construir um calendário de eventos sintonizado com as tradições, saberes, fazeres e talentos do povo de cada região;
- Incentivar a criação e o intercâmbio de manifestações culturais tradicionais e experimentais;
- Revitalizar os equipamentos culturais e apoiar a veiculação da produção independente;
- Estabelecer parcerias com os municípios e órgãos não governamentais para fortalecer a formação, a produção e a difusão de âmbito local e regional, estimulando e apoiando o intercâmbio estadual, nacional e internacional da cultura;
- Fazer parcerias com órgãos governamentais e não-governamentais nacionais e internacionais para estimular a formação, a produção e difusão cultural;
- Apoiar a implantação e desenvolvimento de indústrias criativas.

MEIO AMBIENTE

O GRANDE SALTO

Construir a sustentabilidade efetiva, incorporando o cuidar do meio ambiente a todas as políticas públicas governamentais, realizando licenciamentos ambientais éticos e criteriosos, respeitando a dinâmica dos ecossistemas, os meios de sobrevivência e a qualidade de vida das comunidades locais; romper com a falsa contradição entre desenvolvimento econômico e meio ambiente, superando os desafios de transformar a conservação ambiental em fator indutor do desenvolvimento sustentável, de modo a contribuir para a construção de uma sociedade economicamente justa e ecologicamente equilibrada.

DIRETRIZES

- Promover o desenvolvimento sustentável, harmonizando o crescimento econômico a , qualidade de vida e o respeito ao meio ambiente.
- Respeitar a dinâmica dos ecossistemas, garantindo a melhoria da qualidade de vida das comunidades locais.
- Apropriar-se das riquezas naturais de forma sustentável, para fins de preservação e desenvolvimento econômico-social.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas públicas na busca de reverter a perda de recursos ambientais;
- Integrar e articular o desenvolvimento sócio-econômico com a melhoria das condições de vida local, por meio do incremento da produtividade, em equilíbrio com os recursos ambientais;
- Contribuir e estimular as populações a se organizarem e a se educarem, para repensar seus problemas e identificar suas necessidades efetivas e recursos potenciais, de modo a efetivar um presente digno de ser vivido, com justiça social e prudência ecológica, orientado pelo futuro como projeto;
- Integrar a Agenda 21 ao planejamento estratégico do Estado;
- Democratizar os canais de participação da sociedade nos processos de formulação e controles das políticas ambientais do Estado.

PROPOSTAS DE AÇÕES

- Estimular a coleta seletiva (industrial e hospitalar), com destino adequado;
- Priorizar ações de saneamento ambiental (lixo, água, drenagem, esgotamento sanitário doméstico) dos resíduos sólidos e implantação de usinas de reciclagem, em parceria com os municípios;
- Incentivar a criação de consórcios municipais para a implantação de aterros sanitários;
- Implementar programas de despoluição dos recursos hídricos;
- Empreender esforços para ampliar a rede de gás natural do Estado como estratégia de redução do desmatamento;
- Elaborar e implantar a Agenda 21 estadual e incentivar os municípios para fazer o mesmo;
- Realizar o levantamento do passivo ambiental do Estado, visando à implantação de projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo - MDL (Crédito de Carbono);

- Implementar o Sistema Estadual de Prevenção, Combate e Controle à desertificação . de forma integrada;
- Fortalecer a gestão participativa e descentralizada dos recursos hídricos com especial atenção para os comitês de bacia;
- Executar, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, o Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca, o PAN-Brasil;
- Investir na conservação de sementes crioulas em propriedades rurais, incentivando a multiplicação e utilização em programas de governo;
- Criar corredores ecológicos (unidades de conservação);
- Realizar Educação Ambiental formal e informal na perspectiva transdisciplinar;
- Combater a prática da monocultura, estimulando as práticas agroflorestais;
- Empreender esforços para garantir recursos para projetos e programas que visem à implementação de sistemas agroflorestais em áreas de Caatinga e Mata Atlântica, em especial nas áreas de cultivo de agroenergéticos (mamona) e cajueiros, integrando pesquisadores e criadores;
- Monitorar os empreendimentos mineradores;
- Desenvolver ações voltadas para a Educação Ambiental, visando a sensibilização de agricultores e da população em geral quanto aos riscos ao meio ambiente do uso de agrotóxicos e afins;
- Ordenar e controlar o processo de licenciamento dos empreendimentos de carcinicultura;
- Fortalecer o monitoramento ambiental dos ecossistemas aquáticos, dos recursos pesqueiros e da prática da aqüicultura;
- Assegurar a universalização do uso da água, bem como a gestão participativa e descentralizada dos recursos hídricos;
- Identificar e fiscalizar os sítios arqueológicos;
- Criar e implantar, de forma participativa, os planos de manejo das Unidades de Conservação;
- Rever o programa de certificação ambiental para os municípios;
- Descentralizar as ações da SEMACE para as diversas regiões do Estado;
- Incentivar a criação do observatório ambiental nas universidades;
- Fortalecer as ações do Projeto Orla no âmbito estadual, por meio de Comissão Tripartite.

ECONOMIA PARA UMA VIDA MELHOR

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO COM INCLUSÃO SOCIAL

O GRANDE SALTO

Construir uma economia urbana e rural sustentável, aproveitando as oportunidades e considerando as peculiaridades de cada região, dentro da visão criativa de convivência com o semi-árido e com o apoio da educação, ciência, tecnologia e inovação, com o objetivo maior de expandir o emprego e a renda, reduzindo as disparidades de renda e riqueza entre as pessoas e as riquezas entre as pessoas e as regiões.

DIRETRIZES

ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA

- Promover a preservação dos recursos hídricos.
- Manter e complementar a infra-estrutura hídrica.
- Fortalecer a integração das bacias hidrográficas.
- Fortalecer a gestão participativa dos recursos hídricos por bacias hidrográficas.
- Incentivar o uso e manejo racional da água.
- Manter estreita articulação com o Governo Federal na execução da política de recursos hídricos do Estado.
- Orientar a política de recursos hídricos do Estado de acordo com o projeto de integração do São Francisco.

ENERGIA

- Universalizar o serviço de energia elétrica nas áreas urbanas e rurais, em parceria com o governo federal (Programa Luz para Todos).
- Fortalecer e promover o uso de energias alternativas, considerando a necessidade de redução das desigualdades regionais.

TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO

- Promover a recuperação e a melhoria dos sistemas de transporte.
- Promover a recuperação e a melhoria dos sistemas de comunicação.

LOGÍSTICA

- Integrar as ações dos órgãos que atuam no sistema logístico e promover a integração logística dos transportes (rodovias, portos e aeroportos).
- Incentivar a instalação de Cadeias de Suprimento de Mercadorias (Central de Distribuição Atacadista).

HABITAÇÃO, SANEAMENTO E TRANSPORTE INTERMUNICIPAL

- Privilegiar, nos programas habitacionais, as áreas críticas e de risco do Interior, dentro da política de redução das desigualdades regionais.
- Implementar os programas federais, considerando a redução do déficit habitacional ..e a oferta de habitação mais digna e humana.
- Facilitar o deslocamento da população entre as localidades e regiões do Estado.

DESENVOLVIMENTO URBANO E REGIONAL

- Enfrentar a grave questão estrutural da interiorização do desenvolvimento, explorando as especificidades e potencialidades regionais e promovendo o fortalecimento da rede de cidades do Estado, atualizando e ampliando a infra-estrutura, a valorização das interações de natureza econômica e a melhoria da oferta de serviços públicos.
- Implantar um novo modelo espacial, urbano e regional que proporcione a descentralização dos investimentos e o aproveitamento das potencialidades naturais, da infra-estrutura e das centralidades, bem como o capital social das diversas regiões, articulando, de forma orgânica, as dimensões rural e urbana do território, da sócio-economia e da cultura e do turismo.
- Apoiar a construção de rede de economia solidária urbana e regional e estimular a formação de consórcios como instrumento técnico e político das ações de desenvolvimento.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

EMPREGO E RENDA

- Estimular a participação do poder público municipal e da sociedade civil na formulação da política pública de trabalho, com implementação descentralizada por todo o Estado.
- Conceber o desenvolvimento da política de trabalho fundada nas potencialidades e vocações econômicas locais e regionais.
- Integrar de forma plena as diversas ações que serão identificadas como componentes da política pública de trabalho prevista para o Ceará. .
- Formular a política pública de trabalho como parte integrante e interdependente das ações de desenvolvimento do Estado.
- Democratizar as informações que oportunizem o acesso às políticas de trabalho, tanto as passivas como as ativas, inclusive propiciando o acesso facilitado ao crédito.
- Formular a política de trabalho tendo em conta, também, vetores de inclusão social dos segmentos historicamente excluídos.
- Promover a atração de novas empresas em consonância com o princípio da preservação de oportunidades para os empreendimentos locais.
- Considerar a educação profissional como instrumento de emancipação humana e de valorização do fator trabalho no processo produtivo.

- Realizar articulação propositiva, explorando a vertente da responsabilidade social do setor privado e parcerias com o terceiro setor.

MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

- Fortalecer as pequenas e microempresas, estimulando a organização do setor, facilitando o acesso ao crédito e incentivando a capacitação para o empreendedorismo para ampliar a capilaridade das políticas públicas.

DESENVOLVIMENTO RURAL

- Construir um processo de desenvolvimento agrário que aponte para a uma sociedade rural composta majoritariamente de unidades de vida e trabalho, de caráter familiar, multifamiliar, comunitário, ou coletivo, livremente associadas no processo de produção, beneficiamento, processamento, comercialização e consumo, tendo por base a agroecologia, a convivência criativa com o semi-árido e a sócio-economia solidária.
- Promover o Grande Salto no setor agrícola pelo aumento da produção e da produtividade agrícolas, baseado na redução à vulnerabilidade às secas e na introdução de inovações tecnológicas, por meio do desenvolvimento científico e tecnológico, o que promoverá um aumento na qualidade de vida das populações rurais pela geração de emprego e renda, com responsabilidade social e sustentabilidade ambiental.

PESCA E: AQUICULTURA

- Incentivar as ações de pesca e aquicultura visando a sustentabilidade e a inclusão social, dando apoio técnico, logístico e difundindo as novas tecnologias.

DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

- Expandir, de forma descentralizada, a base industrial do Estado com vistas à dinamização da economia como um todo e à geração de emprego e renda em todas as regiões, com o apoio na pesquisa e inovação para a sustentabilidade do desenvolvimento do Ceará.

MODERNIZAÇÃO DO COMÉRCIO E SERVIÇOS

- Estabelecer políticas indutoras de modernização do comércio e serviços, implementando processos de desburocratização e a utilização intensiva de tecnologias e documentação eletrônica, bem como a desoneração dos custos.

TURISMO SUSTENTÁVEL

- Tornar o Ceará um dos principais destinos de turismo de eventos e negócios do Brasil. Adotar o turismo como um vetor de desenvolvimento econômico para o Estado do Ceará, no litoral, serra e sertão.

- Gerar oportunidades para todas as regiões, com a proteção e o uso sustentável dos ecossistemas naturais e o fomento das nossas heranças culturais.
- Promover o desenvolvimento turístico sustentável com inclusão social e a promoção da gestão territorial participativa, como modelo de gestão pública.
- Implantar uma Política de Turismo a serviço do desenvolvimento sustentável regional e local.
- Incentivar o empreendedorismo e a responsabilidade social nas regiões turísticas a partir da mobilização da sociedade e da participação da comunidade.

ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- Implementar plano de aproveitamento racional e otimizado dos recursos hídricos do Estado;
- Completar, de forma gradativa, a rede de infra-estrutura hídrica do Estado;
- Aproveitar a infra-estrutura hídrica existente, por meio do gerenciamento dos recursos hídricos com participação da sociedade civil e em consonância com a política do governo federal;
- Orientar a política de recursos hídricos de acordo com o projeto de integração do São Francisco.

PROPOSTAS DE AÇÕES

- Fortalecer a gestão participativa e descentralizada dos recursos hídricos com especial atenção para os comitês de bacia;
- .Empreender esforços para finalizar a construção do eixo de integração Jaguaribe - Metropolitana;
- Buscar a implementação do plano de recuperação, operação e manutenção da infra-estrutura hídrica;
- Fortalecer a gestão participativa dos recursos hídricos por bacias hidrográficas;
- Completar, de forma gradativa, a rede de infra-estrutura hídrica do Estado; .Empreender esforços para construção "do eixo de integração da Ibiapaba, envolvendo as bacias do Coreaú, Acaraú e Poti/Longá;
- Expandir a prática da tecnologia de colheita de água de chuva (incentivo à construção de cisternas);
- Incentivar o manejo racional da água, inclusive o reuso.

ENERGIA

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- Ampliar o serviço de energia elétrica nas áreas urbanas e rurais, em parceria com o governo federal (Luz no Campo e Luz para Todos);
- Criar um programa estadual de apoio à disseminação do uso de energia eólica e solar;
- Definir uma política de bioenergia com ênfase no biodiesel, considerando a sua dimensão energética e social, focada nos pequenos produtores.

PROPOSTAS DE AÇÕES

- Empreender esforços para substituir na matriz energética o carvão vegetal por energia renovável;
- Buscar a implementação da infra-estrutura para aproveitamento e utilização da energia solar em pequenas comunidades;
- Empreender esforços para viabilizar a construção de uma rede de distribuição de gás para a oferta desta fonte de energia ao interior do Estado, complementada pelo "gasoduto móvel";
- Estimular o uso de energias alternativas (solar, eólica, biomassa e ondas do mar);
- Incentivar, em parceria com o DNOCS, a instalação de pequenas centrais hidroelétricas nos açudes de maior porte do Estado (Castanhão, Orós, Banabuiú, entre outros);
- Promover e incentivar Parcerias Público-Privadas (PPP) para dinamizar, estimular e implementar centrais geradoras de energia elétrica;
- Incentivar o aproveitamento do resíduo de castanha de caju (biomassa) na geração de energia elétrica por meio da implementação de pequenas centrais termoelétricas (5 a 10 mW);
- Apoiar a instalação de usinas de biodiesel em áreas a definir.

TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- Promover a integração por meio de transporte rodoviário e ferroviário das várias regiões do Estado, com vistas aos mercados nacional e internacionais;
- Superar as deficiências do transporte metropolitano na RMF;
- Promover melhorias nos portos de Camocim, Acaraú e Aracati;
- Articular-se com as empresas prestadoras de serviços com o objetivo de sanar as deficiências do atendimento do serviço de telefonia para as pequenas comunidades da área rural, e das redes de transmissão de acesso a Internet.

PROPOSTAS DE AÇÕES

- Buscar condições para duplicar as rodovias estaduais Fortaleza-Aracati, Fortaleza- Baturité, do 4º Anel Rodoviário da RMF e do trecho da BR-222 a CE-422 (acesso ao Pecém);
- Concluir a malha rodoviária turística do litoral oeste, incluindo a ligação Granja-Viçosa do Ceará;
- Estabelecer parceria com o Governo Federal para a conclusão da duplicação da BR-116 até o município de Chorozinho;
- Concluir a malha rodoviária do litoral oeste;
- Empreender esforços para a conclusão do METROFOR;
- Recuperar as rodovias Camocim - Campos Sales, Independência - Pedra Branca, Tamboril - Boa Viagem-Pedra Branca;
- Criar corredores de desenvolvimento ao longo da Transnordestina;
- Articular providências para instalar terminais pesqueiros em Acaraú e Aracati;
- Empreender estudos de viabilidade para recuperar o porto de Camocim para fins de pesca e turismo;
- Recuperar, ampliar ou construir aeroportos para atender às necessidades do desenvolvimento regional;

- Levar o serviço de telefonia às pequenas comunidades do interior;
- Expandir a rede de fibra ótica, de sistemas wireless para interiorização da Internet e programas de inclusão digital, com acesso através de provedor público;
- Formular programas articulados com o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações - FUNTTEL, para inclusão digital.

LOGÍSTICA

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- Criar núcleos de arquitetura e engenharia sociais, em âmbito regional e municipal, de apoio técnico às populações de baixa renda, visando melhoria da qualidade da moradia popular;
- .Superar a deficiência no saneamento e abastecimento d'água nos pequenos e médios centros urbanos;
- .Empreender esforços para sanar a deficiência do transporte municipal nos pequenos e médios centros urbanos.

PROPOSTAS DE AÇÕES

- Contribuir para a construção de um novo píer no porto de Pecém para receber navios petroleiros de grande porte;
- Expandir a área logística de *containers* nos portos do Mucuripe e Pecém;
- Estabelecer a integração logística do Aeroporto Pinto Martins e dos portos do Mucuripe e Pecém;
- Incentivar a instalação de Cadeias de Suprimento de Mercadorias (Central de Distribuição Atacadista);
- Construir a infra-estrutura logística do Aeroporto Regional do Cariri;
- Recuperar o conjunto de áreas de armazenagem nas principais regiões produtoras de grãos e estruturar pontos de transbordo nos municípios ao longo da Transnordestina;
- Criar centros intermodais ao longo da ferrovia transnordestina e das principais vias de escoamento do estado;
- Criar uma rede de interligação rodoviária entre os principais municípios produtores do interior de forma a conectá-los ao sistema de escoamento da produção;
- Estruturar o armazenamento de grãos, em silos, distribuídos em regiões produtoras.

HABITAÇÃO, SANEAMENTO E TRANSPORTE INTERMUNICIPAL

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- Criar núcleos de arquitetura e engenharia sociais, em âmbito regional e municipal, de apoio técnico às populações de baixa renda, visando melhoria da qualidade da moradia popular;
- .Superar a deficiência no saneamento e abastecimento d'água nos pequenos e médios centros urbanos;
- .Empreender esforços para sanar a deficiência do transporte municipal nos pequenos e médios centros urbanos.

PROPOSTAS DE AÇÕES

- Estimular a criação de consórcios municipais para a implantação de aterros sanitários;
- Formar parceria do governo do Estado com o Ministério das Cidades; e a Caixa Econômica Federal - CEF para viabilizar habitação de baixa renda em centros urbanos e saneamento em áreas periféricas da RMF, e em pequenos e médios centros urbanos;
- Universalizar o abastecimento d'água dos pequenos e médios centros urbanos;
- Realizar, em parceria com o DNOCS, programa de recuperação e perfuração de poços;
- Viabilizar a oferta de transporte intermunicipal com segurança, conforto e regularidade, cobrindo todas as microrregiões e principais núcleos demográficos.

DESENVOLVIMENTO URBANO E REGIONAL

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- Enfrentar a grave questão estrutural da interiorização do desenvolvimento, explorando as especificidades e potencialidades regionais e promovendo o fortalecimento da rede de cidades do Estado, atualizando e ampliando a infra-estrutura, a valorização das interações de natureza econômica e a melhoria da oferta de serviços públicos.

PROPOSTAS DE AÇÕES

- Implantar um novo modelo espacial, urbano e regional que proporcione a descentralização dos investimentos e o aproveitamento das potencialidades naturais, da infra-estrutura e das centralidades, bem como o capital social das diversas regiões, articulando, de forma orgânica, as dimensões rural e urbana do território, da socio-economia e da cultura;
- Apoiar a construção de rede de economia solidária nas cidades médias;
- Incentivar a formação de consórcios municipais nas áreas de educação, saúde, saneamento e transporte.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

EMPREGO E RENDA

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- Reformular a política pública de trabalho do Estado, dirigindo-a para o aproveitamento das potencialidades locais e regionais, dentro da política de desenvolvimento econômico;
- Reduzir de forma significativa os elevados índices verificados atualmente na taxa de desemprego do Estado do Ceará;
- Identificar e priorizar, com base em estudo de mercado, oportunidades reais de investimentos associados aos médios, pequenos e micro negócios, sem descuidar de formas associativas de produção;
- Identificar as possibilidades existentes e estabelecer todas as condições favoráveis ao desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais - APLs;

- .Associar as políticas compensatórias existentes às metodologias que resultem em inclusão social pelo trabalho, como o combate à pobreza na zona rural;

PROPOSTAS DE AÇÕES

- Criar a rede de desenvolvimento regional para promover o trabalho e renda pela inovação e qualificação produtiva, pelo apoio às atividades associativas e pelo acesso ao crédito;
- Apoiar a construção de rede de economia solidária urbana e regional e estimular a formação de consórcios como instrumento técnico e político das ações de desenvolvimento;
- Incentivar formas associativas de produção e comercialização do artesanato;
- Instituir um programa de recuperação de empresas falidas ou concordatárias sob a forma de empreendimentos cooperativos;
- Recuperar a área de estudos e pesquisas para apoiar a política de emprego e renda do Estado;
- Direcionar ou adequar fundos, a exemplo do FECOP, para investimentos no campo da pequena e micro produção de bens e serviços, inclusive de natureza associativa e solidária;
- Fortalecer o CEART como centro de apoio ao desenvolvimento do artesanato de qualidade, de apoio ao empreendedorismo cultural, do turismo sustentável e da livre iniciativa solidária dos artesãos;
- Realizar estudos para a criação de uma rede de desenvolvimento regional para promover o trabalho e renda pela inovação e qualificação produtiva, pelo apoio às atividades associativas e pelo acesso ao crédito;
- Incentivar a constituição de fundos rotativos solidários para financiamento do setor informal;
- Estimular a formação de consórcios da juventude, visando o primeiro emprego, em parceria com entidades da sociedade civil e o governo federal.

PEQUENA E MICROEMPRESA

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- Fortalecer as Micro e Pequenas Empresas (MPEs) como uma das estratégias para o desenvolvimento da economia do Estado;
- Implementar políticas públicas que estimulem a organização do segmento (MPEs) em Arranjos Produtivos, Associações, Cooperativas, Condomínios de Produção, facilitando o acesso ao crédito adequado e às tecnologias de base apropriadas.

PROPOSTAS DE AÇÕES

- Estimular, através de parcerias com bancos oficiais, a expansão de programa de crédito fácil para micro, pequenas e médias empresas;
- Empreender esforços para reduzir o valor das taxas cobradas para registro e legalização (formalização) das MPEs;
- Criar mecanismos legais para redução do tempo de registro / legalização de Micro e Pequenas Empresas;

- Estudar a criação do ICMS SOCIAL, aplicável às Micro e Pequenas Empresas, que contratem jovens entre 16 e 20 anos para seu primeiro emprego;
- Aperfeiçoar os programas que promovam a Capacitação Gerencial e Tecnológica das Micro e Pequenas Empresas, tornando-as mais competitivas e garantindo a diminuição dos elevados índices de mortalidade hoje .verificados nos primeiros dois anos de sua existência;
- Reestruturar os Programas especiais de Compras Governamentais, priorizando a pequena e microempresa;
- Promover intercâmbio comercial, tecnológico e cultural com outros estados e países para facilitar o escoamento da produção das MPEs, visando as compras e vendas coletivas com obtenção de vantagens competitivas;
- Estimular e apoiar a prática do pool de compras conjuntas de insumos por parte de grupos de micro e Pequenas Empresas;
- Articular uma Rede de Parcerias Institucionais, visando a incubação de novas micro e pequenas empresas em setores estratégicos para o desenvolvimento econômico, tecnológico 19 social das MPEs no Ceará.

DESENVOLVIMENTO RURAL

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- Definir estratégias de desenvolvimento rural com base na descentralização, na regionalização, na inclusão social e no incentivo à agroecologia;
- Desenvolver programas estratégicos para viabilizar infra-estrutura logística e comercial à agricultura;
- Fortalecer a agricultura irrigada, com ênfase na fruticultura e floricultura, pelo aumento da área irrigada, em parceria com o DNOCS;
- Proporcionar aos agricultores a adoção de experiências tecnológicas, instrumentos e métodos exitosos que possibilitem a convivência com o semi-árido;
- Articular a convivência da agricultura familiar com o agronegócio nos perímetros de irrigação;
- Fortalecer a Cadeia Produtiva do Avestruz; incentivando e apoiando a implantação de pólos regionais de criação (estruticultura);
- Rever e fortalecer a política de implantação de mini fábricas, no Estado do Ceará, tais como: Mini Fábricas de Beneficiamento de Castanha e Pedúnculo de 'Caju, Produção de Farinha e Fécula de Mandioca;
- Buscar as condições de implantação de uma política de preço mínimo para os produtos da agricultura familiar;
- Aprimorar os sistemas de produção da agricultura familiar, valorizando a diversidade produtiva e as relações sociais solidárias;
- Estabelecer mecanismos de estruturação de cadeias produtivas e arranjos produtivos para a organização da agricultura familiar cearense,

PROPOSTAS DE AÇÕES

- Criação de uma Secretaria para apoiar a agricultura familiar; .
- Criação de uma Secretaria para apoiar o agronegócio;
- Reestruturar a EMATERCE, estimulando a capacitação técnica para apoiar o aumento da produtividade rural;
- Estudar a viabilidade da criação do Conselho Estadual e o Fundo Especial de Pesquisa Agropecuária a ser gerido pela FUNCAP;
- Estimular novas atividades da agropecuária de maior impacto sócio-econômico; .Estruturar e apoiar a pesquisa agropecuária no estado do Ceará;
- .Apoiar o desenvolvimento da fruticultura irrigada com destaque para as culturas de maior valor agregado;
- .Incentivar a agro-industrialização para dinamizar a economia agrícola local e regional;
- Incentivar a modernização da ovinocaprinocultura, tanto para a agricultura familiar quanto para o agronegócio de exportação;
- Contribuir para o aumento da dinâmica econômica do parque avícola do Estado;
- Incentivar a apicultura de pequenos e médios produtores pelo associativismo;
- Apoiar a difusão de tecnologias adaptadas ao semi-árido por parte de Universidades, EMBRAPA e ONGs;
- Apoiar a regularização fundiária e a infra-estrutura produtiva, em articulação com o governo federal, possibilitando o acesso à terra e às políticas públicas;
- Estimular a modernização das relações de produção do setor extrativista de carnaúba;
- Desenvolver o Programa Estadual do Biodiesel em parceria com os municípios;
- Apoiar a criação e manutenção de Banco Popular em Municípios e Distritos que não tenham agências bancárias ou casas lotéricas, fortalecendo a microeconomia local;
- Apoiar a produção e a industrialização de produtos agrícolas para bio-combustíveis, priorizando a produção da agricultura familiar no semi-árido e utilizando as facilidades do selo social;
- Incentivar a constituição de fundos rotativos solidários para comercialização de produtos da agricultura familiar.

PESCA E AQUICULTURA

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- Realizar estudos para implantar uma política estadual de aquicultura, de pesca marítima e continental, com ênfase no apoio técnico, na logística, na capacitação e no crédito;
- Desenvolver a cadeia produtiva da pesca e da aquicultura no Estado;
- Buscar recursos para o financiamento junto às instituições financeiras estaduais, federais e comunidades internacionais;
- Estabelecer política de infra-estrutura de armazenamento, beneficiamento e comercialização do pescado;

- Implementar uma política estadual de incentivo para o setor aquícola e pesqueiro por meio de programas sociais, com o desenvolvimento da maricultura e outras alternativas de pesca;
- Implementar uma política estadual de desenvolvimento de tecnologias de pesca e exploração de novos recursos aquícolas;
- Estabelecer políticas públicas para capacitação de produtores, técnicos aquícolas, pescadores e armadores.

PROPOSTAS DE AÇÕES

- Apoiar a pesquisa na área da aquícultura e pesca marítima e continental, em I com o LABOMAR, DNOCS e as universidades;
- Incentivar a formação de cooperativas e associações de pescadores artesanais;
- Incentivar a aquícultura em águas interiores, em parceria com o DNOCS e ou BNB, para agricultores familiares;
- Incentivar a entrada de empresas de insumo ligadas ao setor aquícola no Estado;
- Estimular ações integradas para o combate da pesca predatória da lagosta;
- Buscar condições para criar um programa de incentivo à aquícultura familiar, com apoio técnico, linhas de financiamento e de comercialização;
- Incentivar a implementação de centros de pesquisas de excelência do setor aquícola e pesqueiro;
- Incentivar a exploração de novos estoques pesqueiros com novas alternativas tecnológicas;
- Estudar a viabilidade de implementar um programa de incentivo tributário para pequenos e médios produtores do setor aquícola e pesqueiro;
- g Investir em centros de pesquisas que proporcionem a propagação artificial de recursos pesqueiros com recursos para projetos de pesquisa (incluindo bolsas de pesquisas para pós-graduação);
- Realizar o repovoamento de águas interiores;
- Buscar condições para criar cursos de formação técnica para o setor pesqueiro.

DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- Definir e implantar uma política discutida com o setor industrial, articulada com os organismos multilaterais, bancos de desenvolvimento e governo federal;
- Reformular a política de incentivos a incubadoras e parques tecnológicos;
- Consolidar o Complexo Industrial e Portuário do Pecém - CIPP;
- Empreender esforços para a criação de um pólo de química fina na área de fármacos;
- Incentivar descentralização industrial e as indústrias de bens de consumo local, em especial micro, pequenas e médias empresas.

PROPOSTAS DE AÇÕES

- Examinar a viabilidade da implantação do complexo industrial para o processamento de fosfato de Itataia;
- Apoiar a Petrobras na consolidação do pó.lo industrial na área de lubrificantes;

- Promover o desenvolvimento regional e local a partir da criação de Cidades-Pólos;
- Viabilizar corredores de desenvolvimento ao longo da Transnordestina;
- Buscar a viabilidade da criação de uma Zona de Processamento de Exportação - ZPE junto ao Complexo Industrial e Portuário do Pecém;
- Atrair indústrias que possuam natureza e porte estruturador para a economia do estado e indústrias de forte base tecnológica;
- Incentivar formação de design industrial em parceria com o sistema CENTEC-CVT, universidades locais e empresas;
- Viabilizar parceria com o INMETRO para instalação de laboratórios de calibração e ensaio;
- Expandir programas de formação de técnicos para a indústria, em parceria com o SENAI;
- Desenvolver projetos cooperativos indústria - universidade, visando melhoria tecnológica da produção e a formação de recursos humanos;
- Incentivar a atração de capital para o setor de incubadoras e indústria de base tecnológica;
- Apoiar indústrias bioenergéticas em toda a sua cadeia, desde o esmagamento até o refino.

TURISMO SUSTENTÁVEL

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- Tornar o Ceará um competidor turístico de nível internacional, como um dos principais destinos do turismo de eventos e negócios;
- Operacionalizar o turismo como uma expressão econômica da cultura com base em dados cientificamente levantados;

Pg 64

- Disseminar redes de Trade Point como instrumento para facilitar o acesso das pequenas e médias empresas ao comércio internacional;
- Contribuir para facilitar o acesso das empresas cearenses aos mercados potenciais, em especial nas regiões localizadas na área de influência do Ceará, na Europa, nos Estados Unidos, na África e na América Latina.

PROPOSTAS DE AÇÕES

- Empreender esforços para criação de centros de comercialização com amparo nas "produções locais";
- Dinamizar a regulamentação de centros de comercialização que já demonstram potencial de negócios;
- Estudar a viabilidade da criação do Super Simples Estadual, diminuindo, assim, a carga tributária;
- Desenvolver programas de qualificação profissional para atender a demanda do comércio e prestadoras de serviços, em parceria com prefeituras, entidades de classe do comércio e de serviços;
- Estimular arranjos/aglomerações produtivos locais por meio da descentralização e atualização da infra-estrutura, do acesso ao crédito, da inovação tecnológica e de compras governamentais;
- Estimular e apoiar a prática do pool de compras conjuntas de insumos por parte de grupos de micro, pequenas e médias empresas.

GOVERNO COMPETENTE E PARTICIPATIVO

SUSTENTABILIDADE POLÍTICA E INSTITUCIONAL

O GRANDE SALTO

Estabelecer nova relação entre o ESTADO e a SOCIEDADE, efetivando a democracia, aprofundando a cidadania e criando as condições para o desenvolvimento econômico e social.

DIRETRIZES

- Promover a democracia, aprimorar a cidadania, garantir os direitos sociais e conduzir as políticas públicas com base na: participação social; gestão estratégica criativa, dotada dos mais modernos recursos tecnológicos e logísticos; comunicação a serviço dos interesses da sociedade, garantindo a melhor aplicação dos recursos e combatendo a corrupção.
- Assegurar os recursos financeiros para o cumprimento das metas estabelecidas.

POLÍTICA

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- Governar com participação popular;
- Superar as políticas de privilégios pela instituição de uma nova cultura política afirmativa de direitos e deveres, fundada nos princípios republicanos.

PROPOSTAS DE AÇÕES

- Adotar os instrumentos constitucionais da democracia participativa: plebiscito, referendo, audiências e conferências públicas, conselhos populares dentre outros;
- Manter estreita articulação com a sociedade civil, os outros Poderes e níveis de governo para definir, implementar e sustentar as políticas do Plano.

PLANEJAMENTO E GESTÃO

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- Realizar a. gestão democrática, ética, eficiente e descentralizada, com uma estrutura orgânica apoiada nas novas tecnologias para assegurar a correta aplicação dos recursos públicos e combater a corrupção;
- .Assegurar a transparência nos atos e contratos administrativos.

PROPOSTAS DE AÇÕES

- Criar instrumentos de participação social para viabilizar uma gestão democrática, assegurando o controle social das ações de governo;
- Adotar a prática do Orçamento Participativo; .Implantar o governo itinerante;
- Aperfeiçoar o funcionamento do Tribunal de Contas do Estado - TCE e Tribunal de Contas dos Municípios - TCM com o objetivo de garantir o combate à corrupção; .Construir a rede regional de desenvolvimento, trabalho e renda;
- Modernizar os métodos e processos institucionais com inovação tecnológica e humanização do trabalho;

- Valorizar de forma continuada o servidor público;
- Ampliar e requalificar as iniciativas do governo eletrônico (ambiente virtual de interação governo/sociedade) como mecanismo de informações e serviços, com transparência, eficácia e qualidade, priorizando aquelas que propiciem maior benefício social.

FINANÇAS PÚBLICAS

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- Ampliar da base econômica do Estado;
- Melhorar a eficiência do sistema de arrecadação; .Aperfeiçoar o sistema de gasto público.

PROPOSTAS DE AÇÕES

- Aumentar a receita;
 - Ampliar a capacidade de investimento do setor público estadual;
 - Consolidar, racionalizar e simplificar a legislação de arrecadação;
 - Aperfeiçoar a política de incentivo fiscal, de modo a evitar perdas potenciais de arrecadação;
 - Promover a arrecadação da dívida ativa por meio de incentivos à cobrança judiciária
- Racionalizar a despesa:
 - Aperfeiçoar o sistema de compras com a incorporação de novas tecnologias e controle;
 - Alongar a dívida, respeitando os contratos;
 - Praticar a austeridade e a responsabilidade fiscal;
 - Firmar parcerias entre o governo estadual e os governos municipais, em regime de contrapartida, para realização de investimentos estruturantes;
 - Realizar Parcerias Público-Privada;
 - -Adequar e administrar o regime previdenciário, respeitando os direitos adquiridos.

DÍVIDA PÚBLICA

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- Buscar uma nova negociação para reduzir o percentual da taxa de amortização da dívida pública estadual.

PROPOSTAS DE AÇÕES

- Buscar negociar o alongamento da dívida, respeitando os contratos.

INCENTIVOS FISCAIS

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- Implementar uma política de incentivos fiscais que provoque impacto na geração de emprego e renda e na redução das desigualdades sociais e regionais.

PROPOSTAS DE AÇÕES

- Qualificar a Política de Incentivos Fiscais, tornando-a mais seletiva com base no perfil do empreendimento e nas estratégias de localização, considerando a diminuição das desigualdades

sócio-territoriais e ampliando o incentivo tanto quanto ao porte como quanto à natureza das atividades, em especial as micro, pequenas e médias empresas e empresários locais, afim de dar mais capilaridade territorial aos Incentivos e maior impacto na geração de emprego e aumento da receita pública;

- Criar Agência de Desenvolvimento, para articular as ações de viabilização de investimentos privados, projetos estruturantes e participação em consórcios municipais, na perspectiva de reforçar e dinamizar as cadeias produtivas locais;
- Incluir na definição do programa de incentivo a participação da sociedade;
- Incentivar empreendimentos que produzam bens para o consumo local, como os fornecedores do governo e de setores produtivos que importem esses bens (fechamento de elos da cadeia produtiva), a exemplo da hotelaria, feiras, restaurantes e eventos.

INSTITUIÇÕES MULTILATERAIS (BID, BIRD, KFW, dentre outros), GOVERNOS ESTRANGEIROS E TERCEIRO SETOR

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- Adotar política ousada de parcerias para melhor aproveitamento do potencial das agências multilaterais, governos estrangeiros e terceiro setor.

PROPOSTAS DE AÇÕES

- Ampliar e aprofundar as relações com as instituições multilaterais e governos de outros países, visando alavancar investimentos em áreas estratégicas de desenvolvimento do Estado;
- Desenvolver parcerias com o objetivo de fortalecer as iniciativas do terceiro setor que contribuam para o projeto de desenvolvimento que o Ceará merece.

TRANSPARÊNCIA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- Criar os meios necessários para facilitar o acesso das organizações da sociedade civil, e dos cidadãos, às informações e serviços da administração estadual;
- Democratizar a informação e a comunicação, em favor da transparência administrativa;
- Aperfeiçoar os mecanismos de socialização e de fácil acesso às informações de atos e contratos governamentais;
- Realizar uma comunicação voltada para as campanhas de mobilização popular de interesse público, inclusive de prestação de contas à sociedade.

PROPOSTAS DE AÇÕES

- Instalar Ouvidorias em Secretarias e Órgãos do Estado;
- Aperfeiçoar o sistema de controle interno - controles administrativos, operacionais e estratégicos;
- Elaborar, numa linguagem simples e direta, o Guia do Cidadão - um Guia de Serviços da Administração Pública Estadual.